

Só três estados pagam as dívidas sem atraso

Leopoldo Silva — 27/2/91

NÉLIA MARQUEZ

BRASÍLIA — Na semana passada, ao esbarrar com o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, num hotel em Brasília, o governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, ouviu um cumprimento inesperado: "Quisera que as finanças da União estivessem com o mesmo desempenho do seu estado".

A inveja do ministro se deve ao fato de Espírito Santo, Ceará e Santa Catarina formarem restrito de estados que paga suas dívidas. "Enquanto 50% da receita da União são destinados para o pagamento de débitos, no Espírito Santo a parcela gasta com dívida é de apenas 5%", afirma Albuíno. "Nós estamos com todos os pagamentos em dia", garante. O Espírito Santo aplica 10% de sua receita própria em investimentos e vem executando três projetos: a recuperação da malha rodoviária estadual, com financiamento de US\$ 104 milhões do BID, a manutenção de ônibus que circulam com médicos e dentistas e a recuperação de escolas.

No Ceará, o secretário de Fazenda, João de Castro, garante que não há débito em atraso e que os salários do funcionalismo público vêm sendo pagos em dia e com correções trimestrais. Como o estado vem pagando religiosamente seus débitos, o secretário disse que o refinanciamento da dívida que está tramitando no Congresso terá um efeito pequeno. "Teremos um alívio mensal de cerca de US\$ 1 milhão, o que equivale a Cr\$ 23 bilhões", afirma o secretário.

Albuíno Azeredo e o governador do Ceará, Ciro Gomes, assumi-



Albuíno tem sobra para investir

ram o cargo em 1991 com vantagem em relação aos outros 24 governadores. Seus antecessores já tinham iniciado o saneamento financeiro dos estados. No caso de Santa Catarina, o governador Vilson Kleinubing assumiu o cargo com o pagamento do funcionalismo público atrasado dois meses.

Para entrar em equilíbrio, Santa Catarina teve que lançar mão do arrocho dos salários do funcionalismo, corte de investimentos e de despesas com custeio. O esforço permitiu reduzir a 65% da receita líquida o gasto com pessoal. A situação, segundo o secretário de Fazenda, Luis Fernando Verdini, ficará complicada a partir deste mês, em função da aprovação de um novo plano de cargos e salários.

A dívida total dos estados é de US\$ 49 bilhões. Desse total, 53,5% são devidos por São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.